

# Como se faz um político



JOSÉ  
MEDEIROS  
FERREIRA

O actual regime democrático tem o condão de consagrar preferencialmente as personalidades que o servem quando estas se demitem das suas funções. O que isso significa em termos da psicologia social, e em termos da imagem do próprio regime, é algo que outros cronistas podem abordar pois é extensa a matéria a tratar. O meu ângulo de apreciação conduziu-me a uma reflexão sobre a revelação de políticos no actual sistema.

A saída de Manuel Maria Carrilho do Governo já deu azo a múltiplas considerações e a várias interpretações, que o próprio alimentou com cuidado. Só isso significa não se estar perante uma demissão banal, embora efémero possa ser o seu efeito. Como quase sempre acontece nessas circunstâncias.

A minha apreciação do evento levou-me a reflectir sobre o curso que revela as personalidades políticas no presente sistema de recrutamento, de indigitação e de cooptação de titulares de cargos públicos. *Só na aparência o sistema é partidário.*

O recrutamento é geralmente aberto e efectivamente vasto para um partido com vocação governamental no horizonte. Ser ministro, ou mesmo ex-ministro, ter influência em decisões estratégicas, ganhar poder nos circuitos socioprofissionais que se frequenta, ou nos quais se está inserido, situar-se preferencialmente para futuras escolhas, ser indigitador de entidades para cargos determinantes, eis o que poucos desdenham na prática.

A figura do indigitador numa sociedade de influências, é deveras fascinante, até porque pouco conhecida. Quem precisa de nomear depressa, ou quem é obrigado a nomear frequentemente, necessita de se acolitar pela espécie mundana do indigitador. Quase mais importante do que quem nomeia é aquele que sugere, escolhe, indigita. Nesse percurso, esbate-se o que se evidencia, anulam-se os candidatos naturais, soterra-se o visível pretendente a um determinado cargo. Ergue-se assim uma teoria da cooptação que anula os esforços mais transparentes das carreiras políticas. Ninguém se propõe, todos esperam ser propostos.

Manuel Maria Carrilho, meu colega de faculdade, começou assim. Operou um criterioso movimento nos Estados Gerais, depois foi indigitado, cooptado, nomeado. Como geralmente acontece no princípio de uma ascensão política, isso aconteceu, não tanto por mérito próprio, mas fundamentalmente para obstruir o caminho a outros pretendentes mais óbvios que, se tivessem sido ministros então, teriam-no sido por direito próprio.

Nem tudo terá sido um acaso na promoção de Manuel Maria Carrilho a ministro. O prof. universitário tinha-se filiado no Partido Socialista depois de ter consolidado a sua brilhante carreira académica e quando a esquerda só tinha Mário Soares na Presidência da República. A passagem de militante discreto e descomprometido a figura com assento no Conselho de Ministros levou cerca de dez anos. Não foi fácil, mas o método revelou-se eficaz.

Porém, mal foi indigitado e nomeado ministro da Cultura, ultrapassando candidatos mais operosos naqueles anos de racional hipó-actividade militante, logo Carrilho se evidencia entre os colegas do Governo escolhido por António Guterres como um dos poucos capaz de se declarar politicamente. Durante largos períodos, foi até o membro do Governo mais disponível para a luta políti-



ca e, se bem me lembro, o único que afrontou Marcelo Rebelo de Sousa ao seu nível. Bastariam esses sinais para se detectar a passagem do catedrático à condição do homem político.

Sendo hiper-sensível às críticas, foi-lhe difícil abrir espaço no coração dos militantes socialistas, mas cativou o mundo da cultura com a desenvoltura de quem sabe o que faz. Lutou pela sua recondução no cargo quando da formação do actual Governo e conseguiu-a com mérito. Desta vez estava lá por direito próprio. Já não era apenas o cooptado feliz dos Estados Gerais. Passara da forma

à substância.

Usufrua dessa sua condição quando tornou pública, através de artigo preciso publicado no *Expresso*, a sua discordância com a política da comunicação social em vigor, nomeadamente no que dizia respeito à televisão pública. Era o político decidido a afirmar-se, independentemente das consequências. O modo como agora se demitiu só acentuou essa dimensão, não deixando por mãos alheias a versão da sua saída do Governo. É óbvio que o fenómeno Carrilho vai sofrer agora um esbatimento mediático, mas também já se percebeu que ele é um

*Ser ministro ou ex-ministro, ter influência em decisões estratégicas, ganhar poder nos circuitos socioprofissionais que se frequenta, ou nos quais se está inserido, situar-se preferencialmente para futuras escolhas, ser indigitador de entidades para cargos, eis o que poucos desdenham na prática*

político na luz e na sombra. Se quiser. O seu próximo momento não é o imediato, mas o espaço é à esquerda.

Como se faz um político em Portugal é, pois, um tema aliciante e muito mais importante para o futuro do regime democrático do que se possa imaginar à primeira vista.

Logo após o 25 de Abril, as figuras públicas naturais foram seleccionadas pelas posições tomadas contra a ditadura, depois surgiram as personalidades que respondiam aos desafios do dia da sociedade portuguesa: o estabelecimento de regime democrático, a liberdade em segurança, a opção europeia, a questão financeira, o desenvolvimento e as pessoas. Os aparelhos partidários recrutavam, seleccionavam, propunham. As juventudes observavam, copiavam, criticavam e perpetuavam. Percebe-se, entretanto, que esse modo de formação e recrutamento não chega. Parte-se para a abertura à sociedade civil. E depois? É, por isso, reconfortante assistir à revelação de talentos políticos, sobretudo à esquerda.

*José Medeiros Ferreira assina esta coluna quinzenalmente à terça-feira*